

Caminhando sobre brasas

Começou, anteontem à noite, quando o Presidente se preparava para gozar férias na Praia do Saco, em Sergipe, o segundo governo Fernando Henrique. A saída de Gustavo Franco da presidência do Banco Central e as mudanças no câmbio, que na prática produziram uma significativa desvalorização do real, já estavam no horizonte do Palácio do Planalto. O momento exato em que elas se deram, porém, não foi decidido nem pelo Presidente nem pelo ministro Pedro Malan, mas pelos investidores, que, na terça-feira, retiraram do País quase R\$ 1 bilhão e 100 milhões, deixando claro que, em pouco tempo, ninguém daria mais um tostão furado pelo valor virtual do real. A hemorragia de divisas decretou o fim de uma época.

Embora o Governo ainda tente vender a idéia de que apenas promoveu um ajuste corretivo na política cambial que vigorou até ontem, a verdade é que a mudança foi bem mais profunda do que nossas autoridades querem admitir. Não apenas se efetuou uma forte desvalorização do real, como se desatou a camisa de força que pretendia manter uma relação rígida e artificial entre nossa moeda e o dólar. A partir de agora, queira ou não o Banco Central, o jogo mudou. Daí o caráter decisivo dos próximos dias. Ainda não se sabe se o chamado mercado considerará razoável a desvalorização de 8,5% sofrida pelo real, ou se apostará na possibilidade de uma nova e mais dramática queda do valor da moeda brasileira, desfechando grandes ataques especulativos. Só os próximos dias nos permitirão responder a essa dúvida. Vamos caminhar sobre brasas pelo menos até terça ou quarta-feira da semana que vem.



Ontem à noite, no Palácio do Planalto, havia um clima de relativo alívio diante da reação dos investidores. A saída de divisas teria ficado em patamares semelhantes ou inferiores aos da terça-feira. As

bolsas de valores apesar da forte queda da manhã recuperaram-se relativamente à rede. No Congresso, o Governo conquistou vitórias importantes. Nente externa, saudava-se o ap do presidente

Clinton, do presidente Carlos Menem e de autoridades monetárias internacionais à atitude brasileira. Em boa parte, esse otimismo contido deriva apenas da sensação de que o dia poderia ter sido muito pior do que foi. Comemora-se, assim, o muito que se perdeu porque se poderia perder muito mais ainda.

Mas, em boa parte também o clima positivo advém do fato de que se abriu uma porta. Aonde ela dá exatamente, ainda não se sabe. De qualquer forma, estamos numa situação melhor do antes. Ao menos, compreendemos que nos havíamos metido num beco sem saída e resolvemos buscar outros caminhos.

O Congresso mudou

O clima no Congresso mudou da água para o vinho de ontem para anteontem. Na terça-feira, os lobbies a serviço de interesses empresariais e as bancadas rebeladas estavam ativíssimos, ameaçando votar contra as MPs caso o Governo não cedesse às suas reivindicações. Ontem, como por encanto, os grupos de pressão, tanto os parlamentares como os extraparlamentares, sumiram do mapa. A mais delicada de todas as MPs, aquela que versava sobre a contribuição social sobre o lucro, atingindo o cofre das empresas, foi aprovada por 354 votos na Câmara, uma marca que o Governo não alcançava há muito tempo.

O que determinou essa mudança abrupta de comportamento do Congresso? Sem

dúvida alguma, a situação dramática que se criou com a mexida na política cambial, que botou o País caminhando sobre o fio da navalha: pode equilibrar-se, atravessando o precipício, mas também pode resvalar, despencando no vazio. Nessas circunstâncias, deputados e senadores passaram a pensar duas vezes antes de pressionar o Governo, já que acabariam tendo de pagar a fatura de uma eventual derrota das MPs, que sepultaria de vez o ajuste fiscal e lançaria o País numa crise de graves proporções.

Após a aprovação por larga margem das MPs, a avaliação das raposas políticas mais experientes do Parlamento é de que dificilmente o Congresso negará, nas próximas semanas, o que o Governo lhe pedir em matéria de ajuste fiscal. Isso vale, inclusive, para o aumento da contribuição previdenciária dos servidores na ativa e a instituição do desconto para os funcionários aposentados. Se o Palácio do Planalto agir rapidamente, enviando na próxima semana um projeto de lei sobre a matéria expurgado dos fundamentalismos mais gritantes da proposta anterior, a Câmara tende a aprová-lo em regime de urgência urgentíssima – ou seja, ainda dentro do período de convocação extraordinária.

Dentro do Executivo, cresce o número daqueles que acham que não se pode mais adiar a batalha da contribuição previdenciária dos servidores. Foi a derrota nesse ponto que intranquilizou os investidores a respeito das possibilidades efetivas do ajuste fiscal ser aprovado. Só uma vitória nesse ponto poderia modificar esse estado de espírito num momento crucial para a economia brasileira.